



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE TORRES EM 30.11.2016

Aos 30 dias do mês de novembro de 2016, compareceu à sede da Vara Trabalho de Torres o Excelentíssimo Senhor MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhado dos servidores Andrea Koliver, Maria Eneida Giordani e André de Lima Fontan, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0006649-86.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Titular Rui Ferreira dos Santos, pela Diretora de Secretaria Claudia Milan Santos e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 07.12.2004

Data da última correição realizada: 15.09.2015

Data de Implantação do PJe: 01.06.2015

Jurisdição: Arroio do Sal, Capão da Canoa, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Terra de Areia, Torres, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Xangri-Lá

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 30.11.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Rui Ferreira dos Santos	Juiz Titular	Desde 20.07.2014
Luís Fernando da Costa Bressan	Juiz Substituto lotado	Desde 24.09.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.11.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara Trabalho de Torres, pertence à 70ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18 de julho de 2016, foi instituída a modalidade de lotação plena em Torres, com vagas ocupadas pelo Juiz Titular



Rui Ferreira dos Santos e pelo Juiz Substituto Luís Fernando da Costa Bressan.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total	
1	Rui Ferreira dos Santos	Desde 21.07.2014	Juiz Titular	02 anos, 04 meses e 10 dias
2	Bárbara Schönhofen Garcia (Juíza Substituta lotada na Unidade Judiciária de 10/03/2014 a 07/09/2015)	02.07 a 02.08.2015	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	32 dias
3	Luís Fernando da Costa Bressan	Desde 24.09.2015	Juiz Substituto Lotado	01 ano, 02 meses e 07 dias
		12.02 a 22.02.2015	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão de férias do Juiz Titular	11 dias
		14.08.2015	Atuou em pauta de impedimento do Juiz Titular	01 dia
		20.12.2015 a 06.01.2016 (recesso)	Respondeu pela Unidade Judiciária	18 dias
		07.01 a 05.02.2016	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	30 dias
		01.07 a 31.07.2016	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão de férias do Juiz Titular (sem pauta)	31 dias
		18.07 a 28.08.2016	Atuou no Posto Avançado de Capão da Canoa	01 mês e 11 dias
21.09 a 19.12.2016	Atuou no Posto Avançado de Capão da Canoa	02 meses e 29 dias		
4	Roberta Testani	14.04 a 13.05.2016	Atuou no Posto Avançado de Capão da Canoa	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.11.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado



Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total em Dias
Titular	Rui Ferreira dos Santos	Férias	12.02 a 15.02.2015	04
		Férias	18.02 a 22.02.2015	05
		Férias	02.07 a 02.08.2015	32
		Afastamento PA 0006687-35.2015.5.04.0000	29.10 a 02.11.2015	05
		Férias	07.01 a 29.01.2016	23
		Férias	01.02 a 09.02.2016	09
		Férias	01.07 a 31.07.2016	31
Substituta Lotada (10.03.2014 a 07.05.2015)	Bárbara Schönhofen Garcia	Férias	09.02 a 16.02.2015	08
		Férias	18.02 a 10.03.2015	21
Substituto Lotado Desde 24.09.2015	Luís Fernando da Costa Bressan	Férias	14.04 a 15.05.2016	32
		Férias	29.08 a 17.09.2016	20
		Férias	19.09 a 20.09.2016	02

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 21.11.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição da unidade vinculada.

No entanto, caso os Postos Avançados contem com Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, tais servidores permanecerão lotados na Vara Única ou na Central de Mandados, conforme o caso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Apresenta-se nas tabelas a seguir a lista de pessoal lotado na Vara do Foro Trabalhista de Torres e a lista de pessoal lotado na Vara de Torres mas colocado à disposição do Posto Avançado de Capão da Canoa.

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Claudia Milan Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	07.12.2004
2	Ivan Carlos Pereira	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	05.08.2014
-	Diogo Allram da Silva	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	24.09.2015
3	Paulo Fernando Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	07.12.2004
4	Claudio Zambenedetti	Técnico Judiciário-Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	20.10.2014
5	Moises Trisch	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	29.09.2010
6	Francisco de Assis Silveira	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	14.06.2011
7	Leonardo Goncalves Padilla	Técnico Judiciário-Área Administrativa	-	01.09.2008
8	Luis Alberto Flores Brum	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	07.12.2004
9	Gerson da Silva Garcia	Técnico Judiciário-Segurança	-	08.01.2007
OFJ	Eduardo Salles Ribeiro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	19.06.2012
OFJ	Henrique Bertoluci Mariot	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	18.06.2008



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Sabrina Fernandes Kubiczewski	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente-Chefe de Posto (FC05)	03.08.2015
2	Alexsandro de Oliveira Martins	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de execução (FC04)	08.06.2015
3	Gabriel da Rosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	16.12.2011
4	Fernanda Santos Gravina	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	04.12.2015
5	Gabriela Martins Neumann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	30.09.2013
6	Margarete Mignoni	Auxiliar Judiciário – Apoio Serviços Diversos	-	16.04.2009
7	Miziara Oliveira dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	21.08.2015
8	Odite Maria Woiciechovski	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	09.12.2003
9	Raquel Valsoler	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	06.02.2002
10	Jose Carlos Machado	Técnico Judiciário-Segurança	-	19.08.2013
OFJ	Andre Ribas de Jesus	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	31.05.2013
OFJ	Rodolpho Barreto Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.01.2013



2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
718 processos	501 a 750	9 servidores	7 a 8 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Torres **está acima** dos parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Claudia Milan Santos	Curso ou Evento (CURS)	06	06
Ivan Carlos Pereira	Curso ou Evento (CURS)	10	11
	Curso parcial	01	
Diogo Allram da Silva Desde 24.09.2015*	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Paulo Fernando Silveira	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Claudio Zambenedetti	Curso ou Evento (CURS)	05	22
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	17	
Moises Trisch	Curso ou Evento (CURS)	02	14
	Dispensa Médica (DM)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	11	
Francisco de Assis Silveira	Dispensa Médica (DM)	03	26
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	23	
Leonardo Goncalves Padilla	Curso ou Evento (CURS)	03	17
	Curso Parcial	02	
	Doação de Sangue (DSAN)	04	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	08	
Luis Alberto Flores Brum	Curso ou Evento (CURS)	02	24
	Curso Parcial	02	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	04	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	16	
Gerson da Silva Garcia	Curso Parcial	01	02
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Eduardo Salles Ribeiro	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Henrique Bertoluci Mariot	Curso ou Evento (CURS)	01	01

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.11.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Sabrina Fernandes Kubiczewski Desde 03.08.2015*	Curso ou Evento (CURS)	09	21
	Curso Parcial	02	
	Licença para Tratamento de Saúde	01	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	(LTS)		
		Licença para Tratamento de Saúde (Odonto)	01
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	08	
Alexsandro de Oliveira Martins Desde 08.06.2015*	-	-	-
Gabriel da Rosa	Curso ou Evento (CURS)	10	11
	Juri e outros serviços obrigatórios por lei (JURI)	01	
Fernanda Santos Gravina Desde 04.12.2015*	Casamento (CASA)	08	18
	Prazo para deslocamento	10	
Gabriela Martins Neumann	-	-	-
Margarete Mignoni	Curso ou Evento (CURS)	02	14
	Curso Parcial	03	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	09	
Miziara Oliveira dos Santos Desde 21.08.2015*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	03	03
Odite Maria Woiciechowski	Dispensa Médica (DM)	01	42
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	39	
	Licença para Tratamento de Saúde (Odonto)	02	
Raquel Valssoler	Curso ou Evento (CURS)	01	13
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	09	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	02	
Jose Carlos Machado	Curso Parcial	01	07
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	06	
Andre Ribas de Jesus	Curso ou Evento (CURS)	03	03
Rodolpho Barreto Pereira	Curso ou Evento (CURS)	03	04
	Curso Parcial	01	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.11.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, de 09.06.2015 até o término do movimento grevista, houve limitação do horário de expediente externo das 14h às 18h e interno das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h30min, com restrição à prática dos seguintes atos: retirada de alvarás expedidos, carga e vista dos autos apenas com prazo em curso ou com data de audiência designada, recebimento de autos em carga e protocolamento de petições, ressalvadas as medidas urgentes; mantidos os prazos processuais e a realização de audiências, conforme a Portaria nº 001/2015, expedida pelo Juiz Titular da Vara do Trabalho de Torres, Rui Ferreira dos Santos.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
2	Evandro De Araujo Menine*	10.03.2014	07.09.2015	01 ano, 05 meses e 28 dias	Lotação na 11ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
3	Felipe Matozo Knopp	01.12.2004	01.03.2015	10 anos, 03 meses e 01 dia	Lotação na central de mandados de Rio Grande

(Fonte: Consulta ao BI TRT4 em 18.11.2016)

- O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correcionada.
-

Servidores lotados na Vara do Trabalho de Torres à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Capão da Canoa					
	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Alexandre Chaves Boeira	27.08.2014	01.06.2015	09 meses e 05 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho Novo



					Hamburgo – Diretor de Secretaria (CJ03)
2	Larissa De Mendonca Loureiro	07.03.2012	04.12.2015	03 anos, 08 meses e 28 dias	Removida para outro Regional por permuta
3	Sandra Mara Bom Nunes	05.06.2013	01.07.2015	02 anos e 27 dias	Aposentadoria

2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Cassia Scheffer Firme	Superior em Direito	02.03.2015 a 01.03.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 18.11.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL*

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara Trabalho de Torres foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 501 a 750 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 501 a 750 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alegrete - 01a Vara	474	537	583	531,33
Lagoa Vermelha - 01a Vara	476	620	559	551,67
São Gabriel - 01a Vara	622	671	401	564,67
Torres – 01ª Vara	620	725	809	718,00
Três Passos - 01a Vara	685	732	721	712,67
Unidades com 501 a 750 processos por ano	2.877	3.285	3.073	615,67

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)



3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	915	989	8,09%	994	0,51%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	70	120	71,43%	137	14,17%
Pendentes de finalização na fase de execução***	905	849	-6,19%	947	11,54%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	65	61	-6,15%	112	83,61%
Total	1.955	2.019	3,27%	2.190	8,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

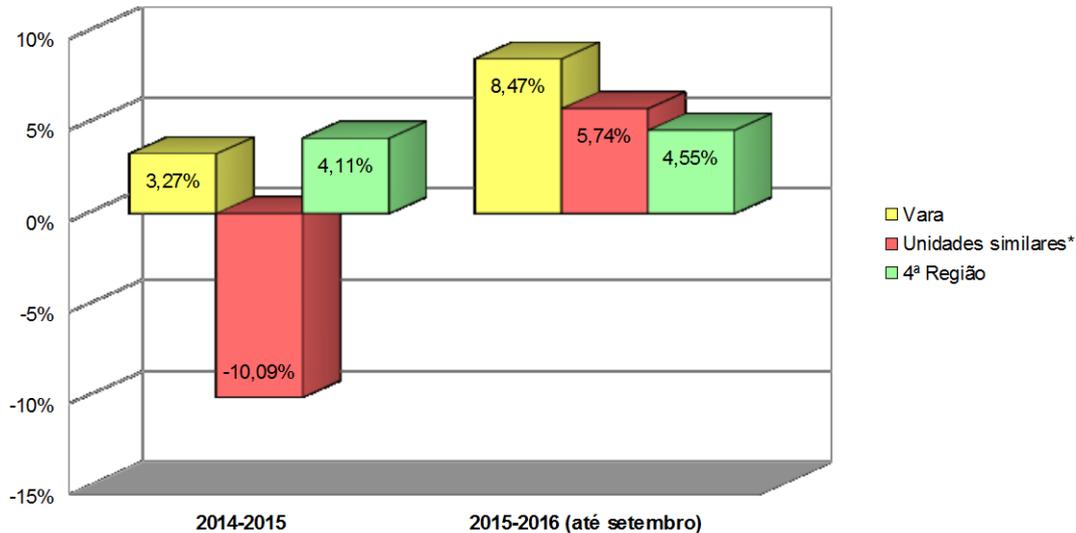
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 3,27% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 74 processos).

A variação do acervo de processos na Vara Trabalho de Torres em 2015 foi superior ao resultado apresentado pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que recuou 10,09%, mas inferior à variação da média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a setembro de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 8,47%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual entre 501 e 750 processos por ano e da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.09)	Varição 2015-2016
Casos novos	725	809	11,59%	615	-23,98%
Sentenças anuladas/reformadas	8	7	-12,50%	2	-71,43%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	585	659	12,65%	508	-22,91%
Processos pendentes de solução	415	431	3,86%	537	24,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

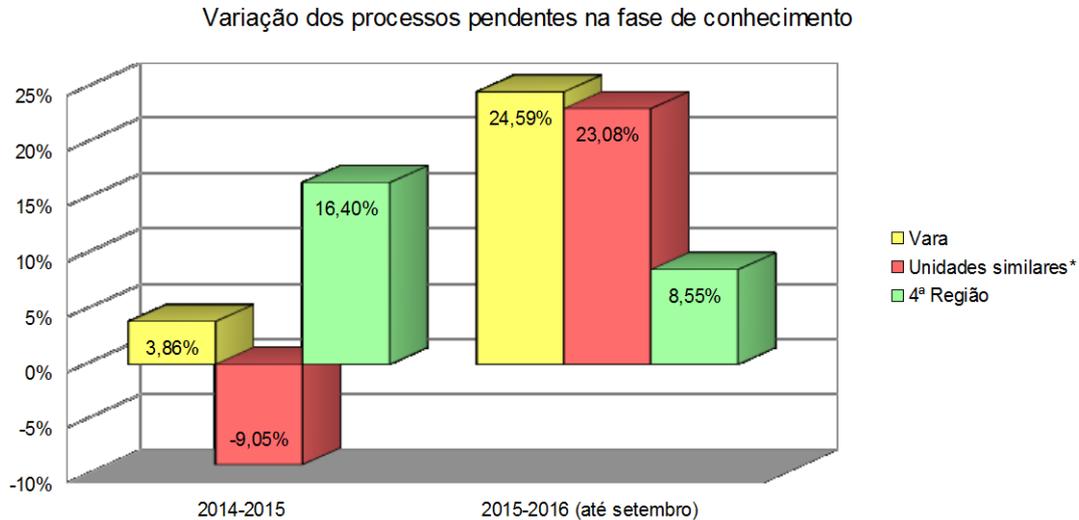
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 3,86% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 415 para 431 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma retração de 9,05% em seus processos pendentes) mas inferior à variação da média de todo o regional (em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos ter superado o número de processos solucionados no período.

Outrossim, os dados de janeiro a setembro de 2016 apontam aumento de 24,59% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi qualitativamente inferior tanto à média das unidades com tramitação



processual similar (23,08%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (8,56%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015 (84,69%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.09)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	76	66	-13,16%	92	39,39%
Aguardando encerramento da instrução	306	365	19,28%	425	16,44%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	32	0	-100,00%	16	-
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	1	0	-100,00%	4	-
TOTAL	415	431	3,86%	537	24,59%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.09)	Varição 2015-2016
Torres – 01ª Vara	80,69%	81,46%	0,95%	82,60%	1,40%
Unidades similares*	92,03%	106,23%	15,43%	87,88%	-17,27%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	92,81%	4,15%
---------------------	--------	--------	-------	--------	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 81,46% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 0,95% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 24,77 e 7,95 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até30.09)	Variação 2015-2016
Torres - 01a Vara	58,97%	53,84%	-8,70%	48,57%	-9,80%
Unidades similares*	64,51%	68,48%	6,15%	57,40%	-16,19%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	49,56%	-10,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados Vara Trabalho de Torres foi de 53,84% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 8,7% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e pela média de toda a 4ª Região em 14,64 e 1,36 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 30.09)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	270	46,15	234	35,51	210	41,34
	Julgado procedente	9	1,54	2	0,3	3	0,59
	Julgado procedente em parte	172	29,4	288	43,7	185	36,42
	Julgado improcedente	39	6,67	44	6,68	37	7,28
	Extinto	2	0,34	1	0,15	1	0,2
	Outras decisões	0	0	1	0,15	0	0
	SUBTOTAL	492	84,1	570	86,49	436	85,83
Sem exame de	Extinto	20	3,42	23	3,49	19	3,74
	Arquivamento (art. 844 CLT)	44	7,52	43	6,53	36	7,09
	Desistência	16	2,74	10	1,52	10	1,97



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

mérito	Outras decisões	13	2,22	13	1,97	7	1,38
	SUBTOTAL	93	15,9	89	13,51	72	14,17
TOTAL		585	100	659	100	508	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

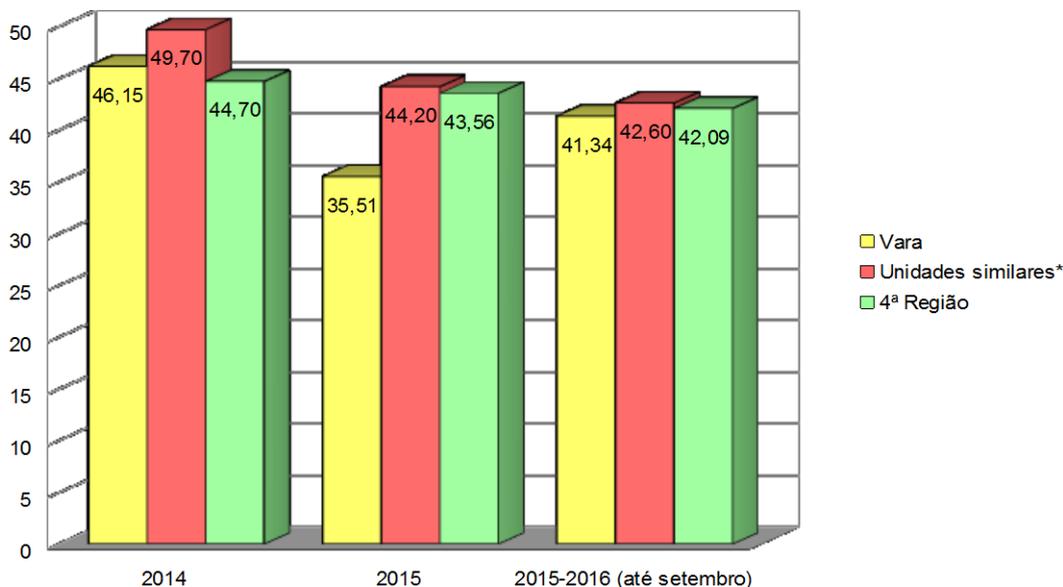
Verificou-se aumento de 74 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 12,65%. Essa elevação destoa, positivamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual - as quais registraram uma elevação média de 2,08% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014 - e todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 222 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 336 decisões, representando um aumento de 51,35%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, em que a média avançou 9,69%, bem como das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, em que a média que avançou 7,56%.

Todavia, a análise do quadro acima demonstra queda no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 270, representando 46,15% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 234, correspondendo a 35,51% das soluções na fase de conhecimento - índice inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,2%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. Por fim, constata-se que entre janeiro e setembro do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 41,34%, resultado que demonstra uma redução na diferença evidenciada no período anterior, aproximando o desempenho da Unidade ao resultado médio geral e ao resultado Unidades de mesmo porte, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.09)	Varição 2015-2016
Iniciadas	152	141	-7,24%	243	72,34%
Encerradas	135	91	-32,59%	206	126,37%
Pendentes	68	116	70,59%	129	11,21%
Arquivo Provisório	1	1	0,00%	3	200,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 68, em 2014, para 116, em 2015, importando em uma elevação de 70,59%. Esse percentual foi qualitativamente inferior à média das demais unidades com tramitação processual similar, que apresentaram decréscimo de 6,17% no estoque, e que o índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou apenas 5,88%. O principal motivo dessa elevação foi a redução de 32,59% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

De janeiro a setembro de 2016, houve avanço de 13 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 11,21%, índice superior ao das unidades similares à correccionada e à média regional de 2015, as quais apresentaram redução de 9,4% e 14,10%, respectivamente, conforme explicitado na tabela que segue:



Variação dos processos pendentes na fase de liquidação		
	2014-2015	2015-2016 (até setembro)
Torres - 01ª Vara	70,59%	11,21%
Unidades similares*	-6,17%	-9,40%
TRT4 - 1ª Instância	5,88%	-14,10%

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Torres - 01ª Vara	88,82%	64,54%	-27,33%	84,77%	31,35%
Unidades similares*	78,55%	88,33%	12,45%	96,03%	8,72%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	96,37%	8,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 64,54% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 27,33% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 23,79 e 23,89 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Torres – 01ª Vara	66,50%	43,54%	-34,53%	57,38%	31,79%
Unidades similares*	58,74%	59,16%	0,72%	58,45%	-1,20%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	53,81%	-0,94%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara Trabalho de Torres em 2015 foi de 43,54% do número total de liquidações a encerrar – resultado 34,53% inferior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 15,62 e 10,78 pontos percentuais, respectivamente.



3.5 FASE DE EXECUÇÃO

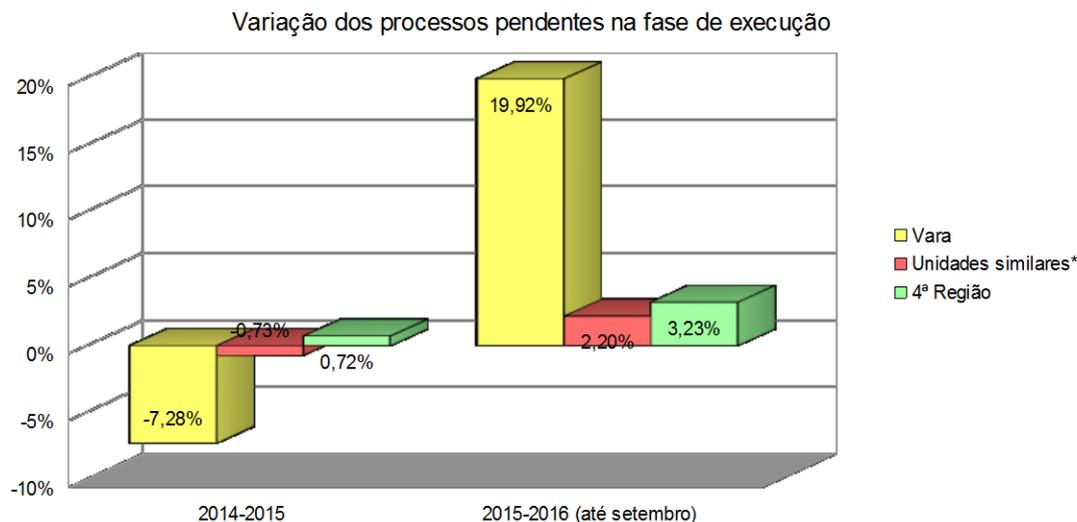
3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	235	137	-41,70%	269	96,35%
	Desarquivadas para prosseguimento	11	10	-9,09%	3	-70,00%
Saídas	Encerradas	174	151	-13,22%	107	-29,14%
	Arquivadas Provisoriamente	28	22	-21,43%	33	50,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	5	5	0,00%	1	-80,00%
	Demais	531	492	-7,34%	595	20,93%
	Total	536	497	-7,28%	596	19,92%
Saldo no arquivo Provisório		271	280	3,32%	310	10,71%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na Vara Trabalho de Torres caiu de 536 para 497 processos, o que corresponde a um recuo de 7,28% em relação ao ano anterior. Esse índice foi melhor que o das unidades de porte semelhante, em que houve redução de 0,73% na média de processos pendentes, e que a variação da média geral da 4ª Região, que foi de aumento de 0,72%.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a setembro de 2016 apontam aumento de 19,92% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado qualitativamente inferior ao das unidades de porte semelhantes e à média geral do TRT da 4ª Região.





3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Torres – 01ª Vara	74,04%	110,22%	48,86%	39,78%	-63,91%
Unidades similares*	88,02%	101,03%	14,78%	79,44%	-21,36%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	68,37%	-14,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 110,22% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma majoração de 48,86% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 9,19 e 30,19 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Torres - 01a Vara	23,93%	22,44%	-6,26%	13,97%	-37,74%
Unidades similares*	14,30%	29,38%	105,47%	16,75%	-42,98%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	12,56%	-18,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas Vara Trabalho de Torres em 2015 foi de 22,44% do número total de execuções a encerrar – resultado 6,26% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 6,94 pontos percentuais, mas superior à média geral do TRT4 em 7,05 pontos percentuais.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	97	126	29,90%	169	34,13%
Processos com exclusão de	0	0	#DIV/0!	2	#DIV/0!



devedor no BNDT					
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	515	546	6,02%	622	13,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara Trabalho de Torres, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2015 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.10.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **02 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, conforme relação abaixo:

1	Processo nº 0000256-65.2014.5.04.0211
Em 16-1-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Enivander Dimer Reck e Cia Ltda – ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0000285-18.2014.5.04.0211
Em 2-9-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Elisia Margarete do Amaral Roza permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Vice-Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais								
2014			2015			2016 (até 30.09)		
Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Embargos de declaração	53	52	11	101	102	4	39	34	4
Antecipações de tutela	74	50	11	64	45	3	37	35	3
Impugnações à sentença de liquidação	9	13	11	18	15	10	14	13	7
Embargos à execução	50	52	26	51	43	31	94	53	50
Embargos à arrematação	1	2	0	1	1	1	0	0	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	4	4	4	2	2	2	2	2	1
TOTAL	191	173	63	237	208	51	186	137	66

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 237 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 24,08% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados subiu 20,23% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 173 para 208; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão caiu de 63 em 31.12.2014 para 51 processos em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que em 30.09.2016 o número de incidentes processuais pendentes de decisão era de 66 processos, saldo 29,41% superior ao do final do período anterior. Os embargos à execução eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes ainda pendentes (75,76%).

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0020059-97.2015.5.04.0211
Situação processual: Em 26-4-2016 foi interposto Embargos de declaração pela parte reclamante, que foi decidido mediante Sentença em 10-2-2016. No entanto, sem que tenha sido dada a devida solução ao incidente, qual seja, “Não acolhidos os Embargos de Declaração”, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.	
2	Processo nº 0000367-54.2011.5.04.0211
Situação processual: Em 30-3-2015 foi oposta Impugnação à sentença de liquidação pela parte reclamada, manifestação que não foi recebida em razão da ausência de garantia do juízo. No entanto, sem que a decisão tenha sido proferida através do andamento específico para solução do incidente, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.	
3	Processo nº 0000210-42.2015.5.04.0211



Situação processual: Em 17-5-2016 foram apresentados **Embargos à execução** pela reclamada, os quais não foram recebidos por ausência de garantia do juízo, em 27-5-2016. No entanto, sem que tenha sido dada a específica solução ao incidente, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junto ao sistema E-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.11.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	71,36	69,24	-2,97%	106,58	53,93%
	Média Ordinário	181,48	228,40	25,85%	246,64	7,99%
	Média Geral	176,07	218,10	23,87%	235,41	7,94%

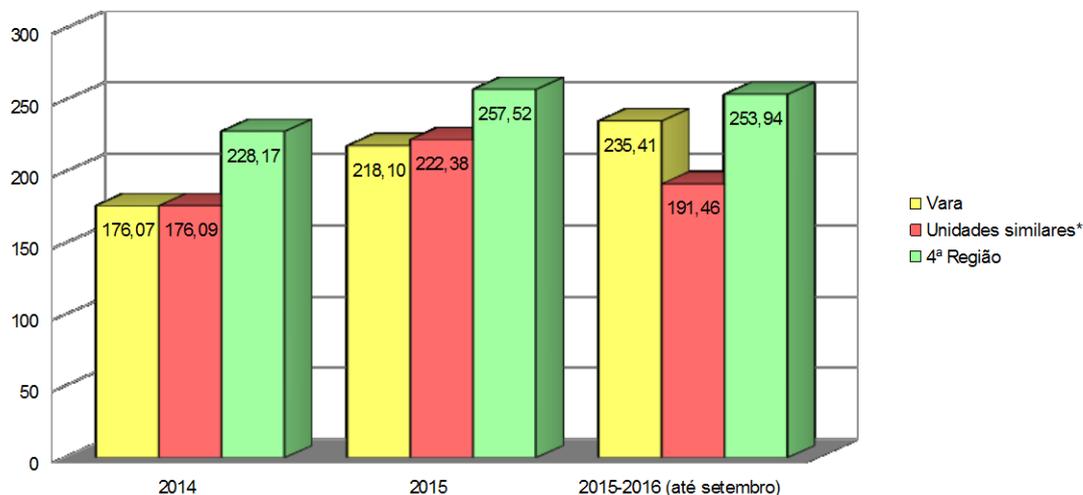
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara Trabalho de Torres apresentou uma elevação de 23,87%, passando de 176,07 para 218,1 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 2,97% em relação à média do ano anterior, passando de 71,36 para 69,24 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 228,4 dias, 25,85% mais moroso na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e setembro de 2016 apontam uma elevação de 7,94% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

Todavia, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,93% mais célere (4,28 dias menor) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 15,31% mais célere (39,42 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Os dados obtidos de janeiro a setembro de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 22,95% mais longo (43,95 dias maior) que as demais Unidades Similares mas 7,3% mais curto (18,53 dias menor) que o prazo médio da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	37,00	111,00	200,00%	107,40	-3,24%
	Média Ordinário	138,48	163,95	18,39%	190,89	16,43%
	Média Geral	136,91	163,34	19,30%	188,73	15,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

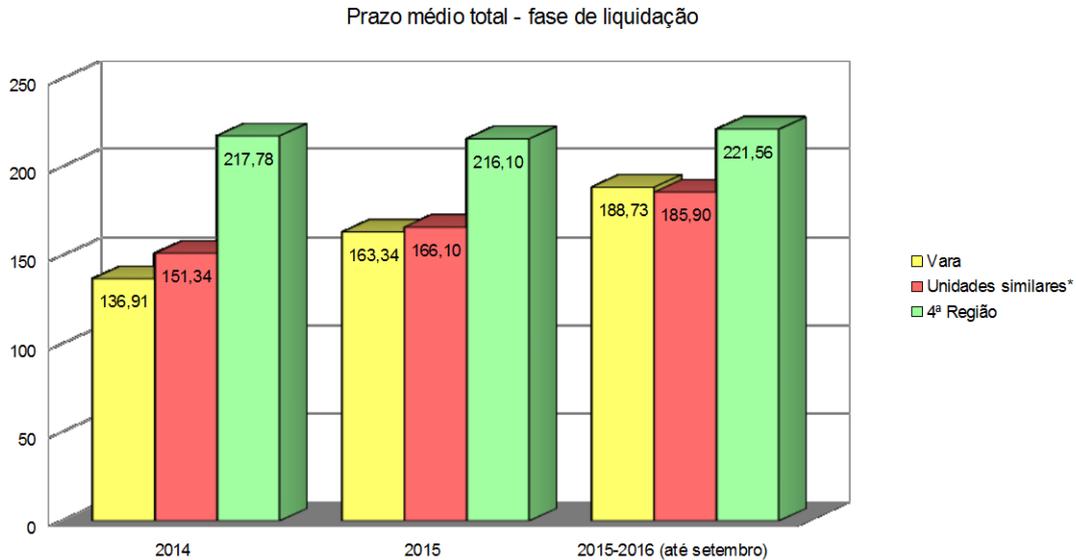
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 111 dias, o que equivale a uma elevação de 200% em relação à média do ano anterior. Também no rito ordinário houve aumento do prazo médio, de 18,39%, o qual alcançou 163,95. No prazo médio geral, houve aumento de 19,3% em relação ao ano de 2014.

Os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a setembro, apontam uma tendência de elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação, influenciado pelo resultado obtido nos processos submetidos ao rito ordinário.

Apesar da elevação, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 1,66% mais célere (2,76 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 24,41% mais célere (52,76 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Todavia, os dados do período de janeiro a setembro de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 1,52% mais longo (2,83 dias) que o



das demais Unidades Similares, mas 14,82% mais célere (32,83 dias) que o prazo médio da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	609,93	626,64	2,74%	612,70	-2,22%
	Média Ente público	586,38	1.263,74	115,52%	1.274,16	0,82%
	Média Geral	607,64	725,65	19,42%	764,41	5,34%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

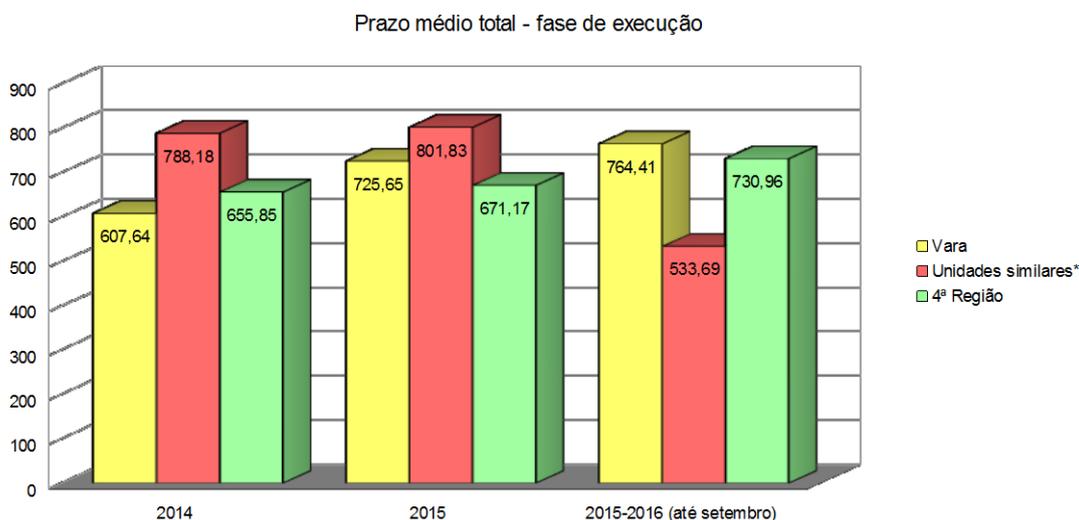
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 609,93 dias, em 2014, para 626,64 dias, em 2015. Entre janeiro e setembro de 2016, no entanto, a média diminuiu para 612,7 dias, prazo 2,22% menor que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 586,38 dias, em 2014, para 1.263,74, em 2015, o que corresponde a um aumento de 115,52%. Outrossim, de janeiro a setembro de 2016 houve novo aumento da média, mas em percentual bem mais modesto: apenas 0,82% na comparação com 2015.

Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara Trabalho de Torres foi 9,5% mais célere (76,18 dias) que o prazo das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 8,12% mais longo (54,46 dias) que a média de toda a 4ª Região.



Finalmente, verifica-se que de janeiro a setembro de 2016, o prazo médio da Unidade foi 42,23% maior (230,72 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 4,58% maior (33,45 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
809	659	81,46%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
278	269	96,76%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
136	186	136,76%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
2	2	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.		24
Estado do Rio Grande do Sul		9
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	21	9
União	0	0
OI S.A.	0	3
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	0
Caixa Econômica Federal - CEF	1	5
Banco do Brasil S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	



Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
48	51	6,25%	Meta não cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	176,07	218,10	174,31	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	290	270	280	234	283	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 30.09.2016	Solucionados até 30.09.2016	%	Resultado parcial (até 30.09)
615	508	82,60%	Indicativo de descumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos	Processos distribuídos até	%	Resultado parcial



não julgados até 31.12.2014	31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 30.09.16		(até 30.09)
415	392	94,46%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.09)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 30.09)
Total de acordos	290	270	280	210	286	Indicativo de descumprimento da meta
Média mensal de acordos	24,17	22,5	23,33	23,33	23,83	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.09)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 30.09)
268	167	62,31%	Indicativo de descumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.09.2016
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	24	30
União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	9	12
Caixa Econômica Federal - CEF	5	5
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	9	11
OI S.A.	3	2
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	5	2
Claro S.A.	0	0
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	12	5

Total em 2015	Total em 2016 (até 30.09)	Percentual atingido	Resultado
67	67	0,00%	Meta ainda não cumprida

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		10-12(I) E U	10-12(I) E U		
Tarde		6 (P) CPI	6 (P) CPI		

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.11.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



A pauta é designada em Secretaria. Todos os processos são incluídos em pauta para encerramento, inclusive aqueles em que as partes estejam dispensadas de comparecimento e que não tenham outras provas a produzir.

São incluídos em pauta processos com possibilidade de acordo, na fase de execução, a pedido das partes ou por escolha da secretaria.

Eventualmente são designadas pautas na quinta-feira pela manhã, conforme a necessidade.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	15.03.2017		07.03.2017	
Una Sumaríssimo	25.01.2017		07.03.2017	
Instrução	16.11.2017		21.09.2017	

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 30.11.2016)

Há férias do Juiz marcadas para os meses de fevereiro e julho de 2017 e seus efeitos impactam diretamente as datas livres para as próximas audiências.

Se houver urgência, há data disponível 29.03.2017 para CPIs, por exemplo.

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015- 2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	42,97	45,41	5,68%	48,92	7,73%
	Média Ordinário	46,38	54,14	16,73%	56,23	3,86%
	Média Geral	46,20	53,52	15,84%	55,72	4,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de 42,97 dias, em 2014, para 45,41 dias, em 2015 (crescimento de 5,68%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 46,38 dias, em 2014, para 54,14 dias, em 2015 (elevação de 16,73%). Sinala-se que os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a setembro, apontam elevação de 7,73% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo e de 3,86% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do



tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, que, nesse caso, indica um prazo maior do que o apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.09)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	65,75	23,69	-63,97%	59,98	153,19%
	Média Ordinário	190,73	185,16	-2,92%	190,91	3,11%
	Média Geral	188,59	172,01	-8,79%	179,60	4,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo diminuído de 65,75 dias, em 2014, para 23,69 dias, em 2015 (63,97%). Também o rito ordinário registrou redução da média, mas em percentual bastante mais modesto, de apenas 2,92%: de 190,73 dias, em 2014, para 185,16 dias, em 2015. Os dados colhidos de janeiro a setembro de 2016 apontam crescimento do prazo médio geral.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas de prosseguimento efetivamente disponíveis apresentam prazos médios superiores ao apontado pelo Sistema e-Gestão.

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Luís Fernando da Costa Bressan	3	0	0	0	3
Rui Ferreira dos Santos	836	655	0	16	1.507
TOTAL	839	655	0	16	1.510

Juiz (a)	2016 (até 30.09)				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Rui Ferreira dos Santos	673	411	1	25	1.110
TOTAL	673	411	1	25	1.110

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)



6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Charles Lopes Kuhn	0	1	0	1	0	1
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	0	1	0	1	0	1
Luís Fernando da Costa Bressan	0	1	0	1	1	2
Rui Ferreira dos Santos	234	331	2	567	88	655
TOTAL	234	334	2	570	89	659

Juiz (a)	2016 (até 30.09)					
	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Rui Ferreira dos Santos	210	225	1	436	72	508
TOTAL	210	225	1	436	72	508

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 07.10.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da



Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Rui Ferreira Dos Santos	Processos de Cognição	0000136-22.2014.5.04.0211
		0000280-59.2015.5.04.0211
		0000749-76.2013.5.04.0211
		0000346-39.2015.5.04.0211
		0000005-76.2016.5.04.0211
		0000572-78.2014.5.04.0211
		0020679-12.2015.5.04.0211
Total: 07 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 21.11.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da inspeção correcional: 11.10.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

A unidade expede as notificações e ofícios num prazo de 3 dias a uma semana após o despacho. Cumprimentos de medidas urgentes são feitos em até 24 horas.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Mandados são expedidos em até duas semanas da assinatura do despacho que os determinou. Precatórios e RPVs são expedidos sempre que possível, no máximo em uma semana.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Alvarás são expedidos em, no máximo, cinco dias. Quando o alvará depende de saldo atualizado de depósito efetuado na Caixa Econômica Federal, pode demorar mais tempo.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

São protocoladas, diariamente, em média, 25 petições nos processos físicos e 25 petições nos eletrônicos. Em geral, o protocolo é analisado em 05 dias, mas, em razão das ausências dos servidores, está atrasado.

Na data da correição estava sendo despachado o protocolo do dia 11.11.2016, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção estava sendo certificado o prazo vencido no dia 10.11.2016 nos processos físicos e no dia 28.11.2016 nos processos eletrônicos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT



Há remessa de processos físicos ao TRT uma vez por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponíveis. A diretora é a responsável pela utilização.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito sempre que há número de processos suficientes para fechar um lote. Ainda há espaço no prédio para armazenar processos arquivados.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

Não há execuções reunidas na unidade.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A reclamada é incluída no cadastro de devedores após o resultado do BACENJUD. A exclusão é feita após o despacho que encerra a execução, pelo servidor que o minutou.

7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000610-95.2011.5.04.0211	20.10.2016
2	0005200-57.2007.5.04.0211	20.10.2016
3	0027200-80.2009.5.04.0211	20.10.2016
4	0000711-30.2014.5.04.0211	03.11.2016
5	0000154-43.2014.5.04.0211	03.11.2016
6	0000146-08.2010.5.04.0211	11.11.2016.
7	0000660-87.2012.5.04.0211	11.11.2016.
8	0000377-35.2010.5.04.0211	11.11.2016
9	0000058-96.2012.5.04.0211	11.11.2016
10	0000659-05.2012.5.04.0211	11.11.2016
11	0074700-45.2009.5.04.0211	14.11.2016
12	0000584-92.2014.5.04.0211	14.11.2016
13	0000582-93.2012.5.04.0211	14.11.2016
14	0000014-09.2014.5.04.0211	14.11.2016
15	0000193-40.2014.5.04.0211	14.11.2016
16	0000638-58.2014.5.04.0211	14.11.2016
17	0000389-10.2014.5.04.0211	16.11.2016
18	0000655-31.2013.5.04.0211	17.11.2016
19	0000069-57.2014.5.04.0211	17.11.2016



20	0000304-24.2014.5.04.0211	17.11.2016
21	0000775-40.2014.5.04.0211	17.11.2016
22	0000506-35.2013.5.04.0211	18.11.2016
23	0000335-10.2015.5.04.0211	18.11.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.11.2016)

Segundo a Diretora, a cobrança de carga é feita, em média, a cada 15 dias.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0022100-18.2007.5.04.0211	11.10.2016
2	0031600-40.2009.5.04.0211	08.11.2016
3	0000598-18.2010.5.04.0211	11.11.2016
4	0000549-35.2014.5.04.0211	11.11.2016
5	0000206-05.2015.5.04.0211	11.11.2016
6	0000733-88.2014.5.04.0211	14.11.2016
7	0000651-57.2014.5.04.0211	14.11.2016
8	0000584-29.2013.5.04.0211	14.11.2016
9	0031800-47.2009.5.04.0211	17.11.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.11.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Carga OJ	Processo	Prazo
1	211-00277/16	0000083-07.2015.5.04.0211	27.09.2016
2	211-00284/16	0000741-36.2012.5.04.0211	08.11.2016
3	211-00290/16	0000570-11.2014.5.04.0211	08.11.2016
4	211-00304/16	0000625-93.2013.5.04.0211	08.11.2016
5	211-00320/16	0000569-94.2012.5.04.0211	08.11.2016
6	211-00322/16	0000131-63.2015.5.04.0211	08.11.2016
7	211-00324/16	0000563-58.2010.5.04.0211	08.11.2016
8	211-00334/16	0000487-34.2010.5.04.0211	08.11.2016
9	211-00336/16	0000107-06.2013.5.04.0211	17.11.2016



10	211-00337/16	0000386-55.2014.5.04.0211	08.11.2016
11	211-00339/16	0000795-02.2012.5.04.0211	08.11.2016
12	211-00346/16	0000690-59.2011.5.04.0211	08.11.2016
13	211-00350/16	0000851-35.2012.5.04.0211	08.11.2016
14	211-00350/16	0000851-35.2012.5.04.0211	08.11.2016
15	211-00353/16	0000488-77.2014.5.04.0211	08.11.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.11.2016)

Segundo a Diretora, às vezes há necessidade de cobrar o cumprimento dos mandados dos oficiais de justiça. Também, eventualmente, constatou que no sistema PJe não consta registro de devolução de mandado cumprido, indicando a existência de pendência.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.11.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou 221 processos. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000073-31.2013.5.04.0211
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: 1) demora no impulso processual entre decisão proferida em 20.02.2014 (fl. 112), determinando a utilização do sistema Bacenjud para tentativa de constrição de valores, e respectivo cumprimento efetivado em 25.03.2014 (fl. 114). 2) Demora no impulso processual entre decisão proferida em 08.04.2014 (fl. 119), determinando a realização de consulta quanto à existência de bens da executada, e respectivo cumprimento efetivado em 16.05.2016 (fl. 121). 3) Demora no impulso processual entre o despacho proferido em 06.08.2015 (fl. 167), determinando a expedição de mandado de penhora, e o respectivo cumprimento em 03.11.2015 (fl. 169).	
2	Processo nº 0000174-97.2015.5.04.0211
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: instrumento de procuração, substabelecimento e contrato social do reclamado (fls. 126v – 135) juntados fora de ordem e após a contestação e documentos (Art. 67 da CPC/03). Movimentação Processual: demora no impulso processual entre a apresentação de contrarrazões pela reclamada em 08.03.2016 (fls. 182 – 192) e remessa dos autos ao Tribunal em 15.04.2016 (fl. 193).	
3	Processo nº 0000350-81.2012.5.04.0211



Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: **1)** demora no impulso processual entre o despacho proferido em 05.08.2014 (fl. 102), determinando a citação da executada por Oficial de Justiça, e a expedição do respectivo mandado em 29.09.2014 (fl.104). **2)** Demora no impulso processual entre a expedição de certidão de cálculo atualizado em 02.10.2015 (fl. 139) e o subsequente mandado de penhora em 03.11.2015 (fl. 140).

4 **Processo nº 0027300-69.2008.5.04.0211**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual entre a juntada de comunicação enviada pelo Juízo deprecado (fl. 438v) em 01.07.2016 e despacho de prosseguimento proferido em 01.08.2016 (fl. 442).

5 **Processo nº 0000361-42.2014.5.04.0211**

Fase: Conhecimento.

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: nada a apontar.

6 **Processo nº 0000704-38.2014.5.04.0211**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual entre vencimento do prazo do autor em 08.09.2016 (fl. 243) e certidão correspondente exarada em 06.10.2016 (fl. 244).

7 **Processo nº 0000632-85.2013.5.04.0211**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: carta de preposto juntada antes do contrato social da reclamada (fls. 159 - 162) (Art. 67 da CPC).

Movimentação Processual: **1)** demora no impulso processual: vencimento do prazo em 07.11.2014 (fl. 264) para ciência da 1ª reclamada acerca dos cálculos de liquidação, com certidão correspondente exarada em 01.12.2014 (fl. 267). **2)** Demora no impulso processual entre o vencimento do prazo em 22.05.2015 (fl. 283) para pagamento pela 1ª reclamada e certidão correspondente exarada em 28.07.2015 (fl. 287).

8 **Processo nº 0000461-31.2013.5.04.0211**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual entre o despacho proferido em 20.05.2015 (fl. 363), determinando a remessa dos autos ao Tribunal, e o respectivo cumprimento efetivado em 26.06.2015 (fl. 364).

9 **Processo nº 0000298-80.2015.5.04.0211**

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: demora no impulso processual entre petição de cálculos, protocolada pelo perito em 25.07.2016 (fl. 90), e decisão de liquidação de sentença, proferida em 23.09.2016 (fl. 108).

10 **Processo nº 0000278-26.2014.5.04.0211**

Fase: Conhecimento

Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar.

Movimentação Processual: **1)** demora no impulso processual ente a certidão referente a não apresentação de cálculos por iniciativa das partes, exarada em 28.01.2015 (fl. 56), e a carga dos autos realizada pelo perito contábil em 10.03.2015 (fl. 57). **2)** Demora no impulso



processual entre o vencimento do prazo em 26.05.2015 (fl.67) para pagamento, sem manifestação do executado, e certidão correspondente exarada em 27.07.2015 (fl. 69). **3)** Demora no impulso processual entre o despacho proferido em 23.11.2015 (fl. 86), determinando a consulta relativa à existência de bens imóveis através do sistema ARISP, e respectivo cumprimento efetivado em 02.05.2016 (fls. 87 - 88)

** Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.*

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.11.2016.

Demora no impulso processual e/ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000187-67.2013.5.04.0211	0000365-50.2012.5.04.0211
0000441-45.2010.5.04.0211	0000508-05.2013.5.04.0211
Processo aguardando informação de Carta Precatória com prazo superior a 45 dias – Processos Exemplos:	
0000334-59.2014.5.04.0211	0000168-90.2015.5.04.0211

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, no mesmo despacho de homologação dos cálculos é determinada a liberação do depósito recursal ao autor se for inferior a 70% do valor da dívida. Registra-se que ocorre a homologação dos cálculos apresentados pelo perito, sem vista prévia às partes, não havendo vinculação da liberação do depósito recursal com o valor incontroverso.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que o Juiz, no caso de desconconsideração da personalidade jurídica da executada, determina o redirecionamento da execução para os sócios, sua inclusão no polo passivo, a expedição dos mandados de citação e, concomitantemente, a consulta ao sistema BacenJud com natureza cautelar.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 01.06.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativas da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente no dia 29.11.2016, ocasião em que o acervo processual da Vara do Trabalho de Torres contava com 799 processos na fase de conhecimento, 33 processos na fase de liquidação, 116 processos na fase de execução e 378 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	1	_____	_____
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciados	14	_____	_____
Processos com Petições Avulsas	30	_____	_____
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	46	_____	_____
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciados	2	0021946-82.2016.5.04.0211	23.11.2016
Processos com petições não apreciadas -	220	0021612-48.2016.5.04.0211	08.11.2016
Processos com	7	_____	_____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

audiências não designadas			
---------------------------	--	--	--

Tarefa de Processo	Quantidade de Processos	Mais antigo	Pasta	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	162	0020262-59.2015.5.04.0211	- 2017-02-20a24	11.11.2015
Aguardando apreciação pela instância superior	100	0020022-70.2015.5.04.0211	_____	16.11.2015
Aguardando audiência	260	0020888-78.2015.5.04.0211	2017-01-24e25	08.02.2016
Aguardando final do sobrestamento	5	0020180-28.2015.5.04.0211	_____	24.08.2016
Aguardando término dos prazos	152	0020102-97.2016.5.04.0211	_____	21.10.2016
Analisar Decisão	1	0020727-68.2015.5.04.0211	- RUI FERREIRA DOS SANTOS	29.11.2016
Analisar Despacho	3	0021443-61.2016.5.04.0211	- RUI FERREIRA DOS SANTOS	29.11.2016
Analisar sentença	1	0020109-26.2015.5.04.0211	- RUI FERREIRA DOS SANTOS	16.11.2016
Apreciar Urgentes	1	0021926-91.2016.5.04.0211	_____	23.11.2016
Minutar Decisão	2	0020681-79.2015.5.04.0211	Embargos de Declaração	28.11.2016
Minutar Sentença	44	0020679-12.2015.5.04.0211	_____	16.09.2016
Prazos vencidos	54	0021042-62.2016.5.04.0211	_____	29.11.2016
Preparar comunicação	13	0021429-77.2016.5.04.0211	- BACEN	04.11.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Triagem Inicial	2	0021951-07.2016.5.04.0211	_____	28.11.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	9	0020074-66.2015.5.04.0211	Liq - 2016-12-12a16	08.11.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	2	0000004-91.2016.5.04.0211	_____	16.11.2016
Aguardando término dos prazos	10	0020597-78.2015.5.04.0211	_____	17.11.2016
Minutar Decisão - Liq	9	0020234-57.2016.5.04.0211	Homologar cálculo	01.11.2016
Prazos vencidos	1	0020212-33.2015.5.04.0211	_____	29.11.2016
Preparar Comunicação	2	0020119-70.2015.5.04.0211	Lançar Conta	28.11.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	25	0020296-97.2016.5.04.0211	Exec - 2017-02-13a17	03.06.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	3	0000450-70.2011.5.04.0211	_____	21.11.2016
Aguardando término dos prazos	37	0021739-83.2016.5.04.0211	_____	24.10.2016
Análise de Execução	1	0021597-79.2016.5.04.0211	_____	09.11.2016
Iniciar Execução	1	0021955-44.2016.5.04.0211	_____	29.11.2016
Minutar expediente da secretaria	1	0020528-46.2015.5.04.0211	_____	23.11.2016
Prazos Vencidos	8	0020324-02.2015.5.04.0211	_____	29.11.2016
Preparar Comunicação	42	0020801-88.2016.5.04.0211	- BACEN	17.10.2016

9.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos entre os dias 09 e 10.11.2016:



1	Processo nº 0020004-15.2016.5.04.0211
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 05.10.2016 (ID 1937cbc) para ciência do reclamante acerca de documento apresentado pela reclamada, não é verificado impulso processual subsequente até 10.11.2016.	
O processo está na pasta de tarefa “ <i>Prazos vencidos</i> ” desde 06.10.2016.	
2	Processo nº 0021181-14.2016.5.04.0211
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – após a juntada de ofício encaminhado pelo DETRAN em 04.10.2016 (ID 5c1b986), não é verificado impulso processual até 10.11.2016. O autor apresentou petição em 12.09.2016 (ID c12bfd5), manifestando interesse em produzir prova testemunhal. Não há audiência designada no processo.	
O processo está na pasta de tarefa “ <i>Prazos vencidos</i> ” desse 14.10.2016.	
3	Processo nº 0020190-72.2015.5.04.0211
Fase: Conhecimento	
Movimentação processual: demora no impulso processual – acordo homologado em audiência realizada em 16.08.2016 (ID d9afbea), com previsão de pagamento em parcela única no dia 23.08.2016. Transcorrido <i>in albis</i> o prazo de cinco dias para manifestação do reclamante acerca de eventual inadimplemento, não é verificado impulso processual quanto ao arquivamento do processo.	
O processo está na pasta de tarefa “ <i>Aguardando Cumprimento de Providência - 2016-11-07a11</i> ” desse 14.09.2016.	
4	Processo nº 0020394-19.2015.5.04.0211
Fase: Liquidação	
Movimentação Processual: demora no impulso processual entre o transcurso <i>in albis</i> do prazo em 21.07.2016 (ID 405b25b) para ciência do reclamante acerca dos cálculos formulados pela reclamada e despacho subsequente, proferido em 05.09.2016 (ID ed025a2), determinando o retorno à reclamada para retificação.	
5	Processo nº 0020873-12.2015.5.04.0211
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual entre apresentação de cálculo pelo perito contábil em 29.08.2016 (ID 6027376) e decisão de liquidação, proferida em 17.10.2016 (ID 606f5dd).	
6	Processo nº 0020299-86.2015.5.04.0211
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual entre manifestação acerca dos cálculos, protocolada pelo reclamante em 31.08.2016 (ID e9d5e5a), e despacho subsequente	



proferido em 11.10.2016 (ID 166a597).	
7	Processo nº 0020001-94.2015.5.04.0211
Fase: Liquidação	
Movimentação processual: demora no impulso processual – após apresentação de cálculos pelo perito contábil em 13.10.2016 (ID 3021282), não é verificado impulso processual por iniciativa do Juízo até 10.11.2016.	
O processo está na pasta de tarefa “Preparar comunicação - Lançar Conta” desse 27.09.2016.	
8	Processo nº 0020321-13.2016.5.04.0211
Fase: Execução	
Movimentação processual: demora no impulso processual entre o despacho proferido em 09.09.2016 (ID 16ccc89), determinando lançamento de conta e tentativa de bloqueio de valores via Bacenjud, e os respectivos cumprimentos efetivados em 10.10.2016 (cálculo atualizado – ID 07bb043) e 08.11.2016 (Bacenjud – ID 08df08d).	
9	Processo nº 0020912-09.2015.5.04.0211
Fase: Execução – Carta Precatória	
Movimentação processual: demora no impulso processual entre distribuição de Carta Precatória para Penhora em 09.12.2015 (ID c2dffeb) e expedição de mandado em 29.03.2016 (ID 623b246).	
10	Processo nº 0020528-46.2015.5.04.0211
Fase: Execução	
Movimentação processual: demora no impulso processual entre petição protocolada pela reclamante em 18.05.2016 (b7ef85a), manifestando concordância com os cálculos apresentados pela reclamada, e expedição de certidão de cálculo atualizada em 05.07.2016 (ID 9147ca7). Em seguida, foi proferida decisão em 03.08.2016 (ID 9e07a24), julgando líquida a condenação.	

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido pela Corregedoria Regional, não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT 02 expedientes relativos à Vara do Trabalho de Torres durante o período correccionado, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	4271/2015	0000826-22.2012.5.04.0211
2015	5870/2015	0000123-23.2014.5.04.0211



12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O processo judicial eletrônico foi implantado na Vara do Trabalho de Torres há um ano e meio. Atualmente, 50% dos processos tramitam por meio eletrônico e 50% por meio físico. Dos que tramitam em meio físico, 61% encontram-se na fase de execução/execução encerrada.

O acervo de processos em tramitação na unidade cresceu 12% entre 31.12.2014 e 30.09.2016. Esse índice está acima da média das Unidades com tramitação processual similar e da média regional para o período.

Houve aumento no número de processos pendentes de solução, o que se deve ao fato de o número de casos novos ter superado o número de processos solucionados. Chama a atenção o alto percentual de processos aguardando o encerramento da instrução processual, 79,14% dos processos da fase de conhecimento em 30.09.2016, o que faz com que o número de sentenças pendentes seja pequeno. Ainda, a relação entre o número de processos solucionados e o número de processos distribuídos, num mesmo período, é bastante inferior à média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4. Por essa razão, recomenda-se ao Juiz Titular que realize mais um ou dois dias de pauta por semana.

O percentual de acordos nos processos solucionados é inferior ao das unidades similares e ao de todo o TRT4, ainda que em 2016 a diferença tenha sido pequena.

Verifica-se um grande aumento no número de processos que tramitam na fase de liquidação: de 68, em janeiro de 2015, para 129, em 30.09.2016, ainda que tal fase seja a que apresenta o menor estoque de processos. Registra-se que, a despeito do crescimento de quase 90%, o prazo da liquidação continua menor que o prazo médio de todo o TRT4.

Da mesma forma, o estoque de processos em execução vem subindo, principalmente porque houve diminuição no número de execuções encerradas: 174, em 31.12.2014, e 107, em 30.09.2016. Particularmente no ano de 2016, o acervo de execução aumentou 19,92% em relação a 2015. Segundo a Diretora de Secretaria da Unidade, contribuiu para tal aumento o início da execução contra a empresa Monte Castelo (29 ações) e o Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte (53 ações).

O prazo médio de execução da unidade foi inferior ao prazo de todo o TRT4 em 2014. No entanto, tanto no 2015 como no período até 30.09.2016, foi maior que o do TRT4 em 8,12% e 4,58%, respectivamente.

Chama a atenção o crescimento no número de Cartas Precatórias Executórias na unidade. Segundo a Diretora, há a peculiaridade de os reclamados possuírem o segundo imóvel na praia, que acaba sendo objeto de execução.

De se registrar que os prazos médios de tramitação dos processos em todas as fases – conhecimento, liquidação e execução – apresentaram elevação no período correccionado.



O prazo para a marcação das audiências iniciais está fora do limite legal tanto em relação ao rito sumaríssimo quanto ao rito ordinário.

A unidade está com a lotação completa, mas no momento da inspeção havia dois servidores em licença médica, um deles com afastamento de 2 meses, em razão de cirurgia de emergência. Segundo a Diretora, não há rotatividade de servidores na Unidade. Além disso, a Vara conta com o auxílio de uma estagiária e a Diretora afirmou que gostaria de ter mais uma em razão do quadro de servidores ser pequeno.

Houve grande adesão dos servidores à greve de 2015, motivo pelo qual houve expedição de Portaria.

Todos os servidores atuam no PJe, na maior parte dos casos fazendo as mesmas tarefas em processos físicos e eletrônicos. O trabalho na unidade é organizado por tarefa. No PJe, o prazo é organizado em pastas semanais e a pasta *preparar comunicação* por tipo de atividade.

Sugeri a Diretora que o TRT organizasse novos cursos sobre o PJe a serem ministrados na própria unidade, agora que os servidores já estão mais habituados com o sistema e podem explorar melhor as suas possibilidades. Também sugeri que houvesse uma equipe de servidores para prestar socorro às unidades de 1º grau, nos moldes da equipe hoje existente no 2º grau (SAGA), com o intuito de cobrir licenças médicas estendidas. Ainda, sugeri que houvesse encontro dos gestores de 1º grau para tratar das dificuldades e das práticas nas unidades, de forma dinâmica, direta e objetiva, e como meio para estabelecer contatos com os gestores que se encontram em situações similares.

Relatou a diretora existir dificuldade em obter os saldos atualizados dos depósitos judiciais e recursais efetuados na Caixa Econômica Federal.

Quanto às instalações, o prédio é bom, com ambientes amplos, e comporta o movimento processual e de pessoal da unidade. O prédio é locado, com área de 718m², ocupado desde 10.05.2013. Não há previsão de construção de sede própria no Plano de Obras TRT4 2016/2020.

A Unidade deve ser parabenizada pelo empenho e dedicação da Diretora de Secretaria Cláudia Milan Santos e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores durante a inspeção.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)



Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), motivo pelo qual a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, pois os dados parciais do ano de 2016 sinalizam o descumprimento da meta.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

Recomenda-se ao Juiz Titular que realize mais um ou dois dias de pauta por semana.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações:

- a) aprecie, com brevidade, as petições protocoladas, em especial, no que concerne às manifestações relativas à fase de instrução processual,



- bem como realize a conclusão processual logo após o vencimento do prazo para manifestação das partes;
- b) como forma de evitar a ocorrência da situação observada no processo nº 0020190-72.2015.5.04.0211, recomenda-se a realização de verificação periódica na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência” com a finalidade de identificar possíveis processos que devam ser arquivados em decorrência do transcurso do prazo para manifestação do reclamante acerca de eventual inadimplemento de acordo;
 - c) em decorrência da situação identificada no processo nº 0020528-46.2015.5.04.0211, aprecie, com a maior brevidade possível, os pedidos e manifestações das partes relativas aos cálculos elaborados, em especial, quando houver concordância quanto aos valores encontrados;
 - d) logo após a apresentação de cálculos pelo perito contábil, notifique as partes nos termos do artigo 879, §2º, da CLT, caso já proferida decisão com determinação preestabelecida nesse sentido;
 - e) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões em fase de execução, em especial, no que concerne ao lançamento da conta atualizada, bem como da tentativa de bloqueio de valores através do convênio Bacenjud.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Determina-se que a unidade, após a expedição de Precatório ou RPV, registre o movimento de extinção da execução, desde que compreendida a integralidade da dívida do processo.

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos n. **0000256-65.2014.5.04.0211** e **0000285-18.2014.5.04.0211**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:



- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte);
- c) dê solução aos embargos de declaração opostos no processo nº **0020059-97.2015.5.04.0211**;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Impugnação à sentença de liquidação oposta no processo nº **0000367-54.2011.5.04.0211**;
- e) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos Embargos à Execução apresentados no processo nº **0000210-42.2015.5.04.0211**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam registradas no sistema informatizado as dilações de prazo deferidas.

ITEM 7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema INFOR

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.11.3 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que sejam certificadas nos autos as diligências efetuadas, bem como registrado no sistema informatizado a dilação do prazo para cumprimento.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com brevidade, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015, em especial, no que concerne à efetivação dos atos de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução de ofício ou a pedido das partes;
- c) observe a necessidade da realização da conclusão processual, com a maior brevidade possível, em especial no que se refere ao impulso oficial necessário ao célere andamento da fase de liquidação já iniciada.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **221 processos parados**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e todos que estejam em situação similar. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº **0000187-67.2013.5.04.0211**, **0000365-50.2012.5.04.0211**, **0000441-45.2010.5.04.0211** e **0000508-05.2013.5.04.0211**, dentre outros;
- b) diligencie no pedido de informações acerca das Cartas Precatórias expedidas nos processos de nº **0000334-59.2014.5.04.0211** e **0000168-90.2015.5.04.0211**, dentre outros.

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que o Juiz **Rui Ferreira dos Santos** profira, **em dez dias**, as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listadas no item 6.9, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria da Vice-Corregedoria.



15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à Secretaria de Gestão de Pessoas que informe sobre:

- a viabilidade de a unidade contar com o auxílio de mais um estagiário;
- a possibilidade de curso sobre o PJe a ser ministrado na própria unidade, agora que os servidores já estão mais habituados com o sistema e podem explorar melhor as suas possibilidades;
- a viabilidade de contemplar, no Encontro Anual de Gestores, reunião específica dos gestores de 1º grau para tratar das dificuldades e das práticas nas unidades, de forma dinâmica, direta e objetiva, e como meio para estabelecer contatos entre gestores cujas unidades estejam em situação similar.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (**exclusivamente pelo e-mail vice_cor@trt4.jus.br**) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

O Juiz **Rui Ferreira dos Santos** deverá atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.

17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular Rui Ferreira dos Santos, com a Diretora de Secretaria Claudia Milan Santos e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da Vara Trabalho de Torres, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Ninguém compareceu.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Rui Ferreira dos Santos, pela Diretora de Secretaria Claudia Milan Santos e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional